

ACM quer votar orçamento da União até 15 de dezembro

Comissão Mista que examinará proposta do governo começa a trabalhar antes mesmo do reinício das atividades legislativas



Entre Antonio Carlos e o deputado Heráclito Forte, Paulo Paiva entrega a proposta de orçamento

Os números para 1999 (*)

Receita total..... 196,5

Receita tributária/contribuições.....	128,7
Receita de concessões.....	8,7
Arrecadação líquida da Previdência.....	50,4
Participações e dividendos.....	0,9
Receitas diretamente arrecadadas.....	2,3
Receitas de outras fontes.....	5,3

Despesa total..... 187,8

Pessoal e encargos sociais.....	49,4
Benefícios da Previdência.....	57,5
Principais vinculações.....	39,7
Outras despesas de custeio e capital.....	43,3
Atividades.....	34,6
Legislativo/Judiciário/MPU.....	1,5
Saúde/Educação/Reforma Agrária/Assistência Social.....	20,7
Demais órgãos.....	12,3
Projetos.....	8,7
Ajuste.....	-2,2

■ Resultado primário.....	8,7
Juros reais.....	-26,8
■ Resultado operacional.....	-18,1

(*) Em bilhões de reais

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem do ministro do Planejamento, Paulo Paiva, a proposta de orçamento da União para 1999. Antonio Carlos disse confiar na aprovação do projeto dentro do prazo previsto (15 de dezembro), apesar do ano eleitoral. Antes mesmo do retorno dos parlamentares a Brasília, o presidente e o relator da Comissão Mista de Orçamento estarão trabalhando para acelerar os trabalhos.

PÁGINAS 2 A 5

CÓDIGO PENAL

Anteprojeto adapta a lei às mudanças da sociedade

Deve ser enviado à Câmara até o final deste ano, e posteriormente ao Senado, o anteprojeto do novo Código Penal, elaborado por uma comissão especial de juristas. O objetivo é modernizar a legislação penal, que vigora desde 1940, levando em conta as avanços da tecnologia e as mudanças na estrutura familiar e na sociedade. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da Comissão de Constituição e Justiça, defende a criação de penas alternativas para crimes mais leves. O senador José Fogaça (PMDB-RS), membro da comissão, prevê que o anteprojeto provocará muitos debates.

PÁGINA 6

AMAZÔNIA

Jefferson pede replantio de espécies nativas

PÁGINA 8

EMPREGO

Incentivo para contratar empregados com mais de 40

PÁGINA 8



Morre o senador Alexandre Costa

Eleito quatro vezes para o Senado, o representante do Maranhão desempenhou atividades políticas por mais de 40 anos.

PÁGINA 7

PUNIÇÃO

Proposto julgamento de menor infrator

PÁGINA 8

Paiva reafirma compromisso com a austeridade fiscal

Ministro do Planejamento diz que governo não hesitará em adotar as medidas necessárias para garantir equilíbrio entre receitas e despesas

O ministro do Planejamento e Orçamento, Paulo Paiva, disse ontem que o grande desafio enfrentado na elaboração da proposta orçamentária da União para 1999 foi compatibilizar austeridade fiscal com as prioridades do governo. Segundo ele, o orçamento prevê para o próximo ano um superávit primário (que significa a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras) no total de R\$ 8,7 bilhões.

— A elaboração orçamentária é um processo complexo em que compatibilizamos prioridades e interesses com as restrições orçamentárias. Essa proposta é composta de três orçamentos: o orçamento fiscal da União, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos das empresas estatais — detalhou Paulo Paiva.

O ministro estima um superávit primário de cerca de R\$ 4,39 bilhões em 1998. "Essa é uma demonstração clara do esforço de aus-



Segundo Paulo Paiva, orçamento prevê superávit de R\$ 8,7 bilhões em 99

teridade fiscal que o governo vem desenvolvendo", comentou.

Paiva ressaltou que o governo Fernando Henrique não hesitará em tomar todas as medidas necessárias para garantir resultados fiscais compatíveis com a estabilidade da moeda e com o crescimento econômico do Brasil.

CPMF

Paulo Paiva observou que os investimentos na área de saúde previstos na proposta de orçamento levam em consideração que a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) será renovada. A proposta de emenda constitucional em tramitação no Congresso prorroga a vigência da CPMF até o final do exercício do ano 2000.

Na opinião do ministro do Planejamento, a partir do momento em que o Congresso também aprovar a reforma da Previdência, serão criadas as condições para que o governo controle o déficit do INSS e disponibilize mais recursos para atividades essenciais. "Se não fosse o volume do déficit da Previdência, os investimentos na área social, em saúde, segurança ou nos outros setores em que a atividade pública se faz necessária, poderiam ser bem maiores" afirmou.

Jefferson Péres propõe o fim das emendas individuais de deputados e senadores

Primeiro vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) defende um esforço dos parlamentares para realizar audiências públicas regionais, apesar do calendário apertado em consequência das eleições.

Realizadas desde 1996, as audiências significam, na sua opinião, o início do processo de democratização do orçamento, permitindo descentralizar o exame da proposta orçamentária a partir da criação de vínculos diretos com a sociedade.

Para o senador, o trabalho da Comissão de Orçamento deve se concentrar na implementação de um orçamento mais participativo — "as audiências públicas são um avanço neste sentido" — e na supressão das emendas individuais, que possibilitam aos parlamentares direcionar verbas do orçamento para obras em municípios de seu interesse.

— Embora as emendas individuais contemplem uma porcentagem pequena das despesas previstas no orçamento, geram uma inconveniente

disputa entre os parlamentares e possibilitam o conúbio entre parlamentares e empreiteiras, acarretando emendas "carimbadas". O ideal é que só sejam permitidas emendas coletivas — diz Jefferson Péres.

Ele mostra-se, no entanto, pouco otimista quanto à possibilidade de o plenário do Congresso aprovar o fim das emendas individuais. "Mesmo tendo aumentado o número de parlamentares que apoiam a idéia, ainda há muita resistência", ponderou.



Para senador, emendas individuais permitem "conúbio entre parlamentares e empreiteiras"

Três leis regulam processo orçamentário

O ciclo orçamentário no Brasil é regulado por três leis de iniciativa do Executivo e que são apreciadas conjuntamente pela Câmara e pelo Senado: a Lei do Plano Plurianual de Investimentos (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). É a Comissão Mista de Orçamento do Congresso (CMO) que examina e dá parecer sobre as três leis, além de acompanhar a fiscalização orçamentária, votar créditos adicionais, planos e programas nacionais, regionais e setoriais, bem como as contas apresentadas anualmente pelo presidente da República.

A Lei Orçamentária Anual (LOA), ou orçamento geral da União, é enviada todos os anos pelo presiden-

te da República ao Congresso até o dia 31 de agosto e devolvida para sanção presidencial até 15 de dezembro. Nela, são fixados os recursos específicos para investimentos em vários setores e distribuídos os recursos para pagamento das despesas do Executivo, Legislativo e Judiciário. O orçamento divide-se em três partes: fiscal (despesas com a administração pública), seguridade (despesas com previdência, saúde, assistência social e trabalho) e de investimento (despesas com estatais controladas pela União).

A LDO também é enviada anualmente ao Congresso pelo presidente da República, mas precisa chegar ao Legislativo até o dia 15 de abril, para que seja apreciada

e votada pelos parlamentares e sancionada pelo presidente da República até o dia 30 de junho. Se esse prazo não for cumprido, o Congresso fica impedido de iniciar seu recesso no mês de julho.

É a LDO que estabelece as metas e prioridades da administração pública federal, orienta governo e parlamentares na elaboração do orçamento anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento, como o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Senado aparelha-se para exercer as suas funções

Após criar em 94 a Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle, o Senado deu um importante passo para compor um corpo técnico de alto nível, com capacidade de assessorar os senadores no exercício das funções — mais amplas e complexas — que a Constituição de 88 reservou ao Parlamento em matéria orçamentária.

Com cerca de 25 especialistas em orçamento e fiscalização financeira, a consultoria fornece, via Internet, os principais dados agregados referentes à execução do orçamento pelo Executivo. Uma das metas da consultoria, conforme o consultor-chefe, José Rui Gonçalves Rosa, é elaborar e divulgar sistematicamente análises aprofundadas sobre as recei-

tas e despesas públicas.

Pela Internet, o usuário pode acessar os dados oficiais das dotações orçamentárias liberadas pelo governo desde 1995 e fazer download de arquivos das Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e do Plano Plurianual (PPA). Notas técnicas, legislação orçamentária básica e emendas parlamentares aos orçamentos dos últimos anos também estão disponíveis. A consultoria elabora ainda projetos de lei, pareceres, discursos e análises, além de, em conjunto com a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, prestar suporte técnico à Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização Financeira.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucidiana Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciela da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva
Diretor da Sac. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávia de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Diálbia Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuz Vaz, Sylvia Guédes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvia Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miquelans Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Antonio Nogueira

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

ACM acha que CPMF pode ficar mais um ano

Proposta de orçamento da União chega ao Congresso. Presidente e relator da Comissão Mista já estão trabalhando para que discussão comece logo após o primeiro turno das eleições, em 5 de outubro

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem, ao receber do ministro do Planejamento, Paulo Paiva, a proposta de orçamento da União para 1999, que não vê "dificuldade maior" para a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) por mais um ano. Para ele, a aprovação dependerá, acima de tudo, da utilização dos recursos exclusivamente em ações de saúde.

— Como presidente, eu não voto, mas posso ser um aliado da CPMF, se os recursos provenientes desta contribuição forem bem empregados, e destinados apenas à área de saúde.

O senador acredita que, para superar a oposição à CPMF, o governo precisa afastar a questão sobre a aplicação do dinheiro. Ressaltou que "tudo dependerá dos exames da matéria que faremos com os líderes partidários, deputados e senadores. Juntos, encontraremos um caminho".

Antonio Carlos confia na aprovação do orçamento dentro do prazo previsto (15 de dezembro) apesar do ano eleitoral. Antes mesmo de os parlamentares voltarem a Brasília, o presidente da Comissão Mista de Orçamento e o relator estarão trabalhando para que tudo esteja funcionando quando a discussão começar, a partir de 5 de outubro.

Questionado se não seria melhor fazer logo a reforma tributária, em vez de prorrogar a CPMF, o presidente do Senado lembrou que a matéria necessita de discussão mais longa ("é um desejo de todos nós e do povo brasileiro, mas é óbvio que não se pode fazê-la em 30 dias"), mas disse acreditar na possibilidade de votação da reforma, e também da Previdência, "até o final do ano".

— Ficou tão evidente para todos que a reforma da Previdência é indispensável, inclusive para conter o déficit público, que nem mesmo os partidos



ACM assegurou que o Congresso Nacional deverá votar a proposta de orçamento até 15 de dezembro

de oposição poderão deixar de votá-la. Passada a eleição, onde cada um queria tomar uma posição para agradar este ou aquele setor, o patriotismo dos senadores e deputados levará, inevitavelmente, a se votar, com a maior rapidez, a reforma da Previdência — disse.

Dívida interna da União é o que mais preocupa

A dívida interna da União cresceu 416% entre junho de 1994 e maio deste ano, e esse "é um dos fatores que mais preocupa no cenário macroeconômico que se instalou a partir do Plano Real". A avaliação foi feita, em nota explicativa, pela Consultoria de Orçamento da Câmara, a pedido do deputado Paulo Bernardo, presidente da Comissão de Fiscalização e Controle daquela Casa.

Apesar da privatização das estatais, cujos recursos foram utilizados para abater parte da dívida, esta mais que quadruplicou em pouco menos de quatro anos. Os cálculos foram feitos em termos reais (dívida nominal, incluindo

juros e correção menos o Índice Geral de Preços - IGP-DI).

O total da dívida interna líquida, incluindo, além da União, estados, municípios e estatais, foi de R\$ 311,5 bilhões em maio deste ano, segundo dados do Banco Central.

De acordo com o documento da Consultoria de Orçamento, também é ascendente a dívida dos estados e municípios, embora esta se tenha mantido nos mesmos patamares de crescimento anteriores. Já a dívida da União tem subido em acelerado crescimento desde a eclosão da crise asiática e a consequente edição do pacote fiscal no final do terceiro trimestre de 1997.

Projeto amplia poderes do Legislativo sobre orçamento

O Poder Legislativo pode ampliar, em breve, sua participação na elaboração do orçamento da União, estados e municípios. Essa será uma das principais mudanças caso o Congresso aprove projeto de lei complementar, de autoria da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), definindo regras para a elaboração, execução e controle dos gastos.

— Hoje, o orçamento é uma peça distante da realidade. É preciso dotar a aplicação dos recursos públicos de maior racionalidade, a fim de que a lei orçamentária não acabe se transformando em letra morta — diz o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), autor do projeto sobre o assunto.

Afastado das decisões sobre a aplicação dos recursos públicos pelas

Constituições de 1967 e 1969, o Legislativo só voltou a participar da própria elaboração do orçamento apenas em 1988, graças à Constituição aprovada naquele ano.

Porém, apenas as linhas mestras da participação do Congresso no detalhamento das despesas do governo foram traçadas na Carta Magna, fazendo com que a maioria das decisões continue nas mãos do Poder Executivo.

— Todos sentem falta de maiores definições para a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual — afirma James Giacomoni, consultor de orçamentos do Senado Federal, ressaltando a importância da aprovação de lei complementar ao artigo 165 da Constituição.

Governo prevê crescimento de 3,86%

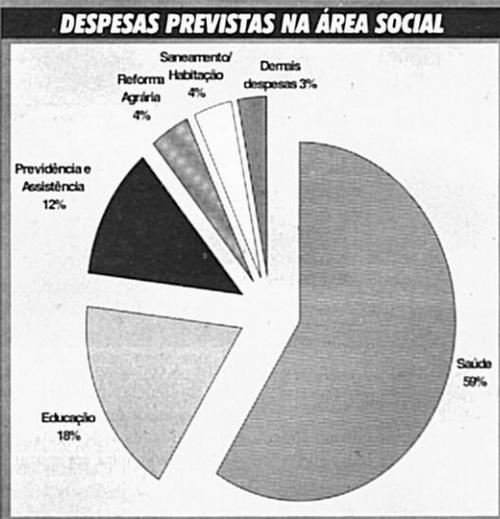
A proposta do orçamento da União encaminhada ontem pelo presidente da República ao Congresso prevê que a economia brasileira crescerá 3,86% no ano que vem. Haverá um aumento de 5,8% nas receitas totais da União, que devem chegar a R\$ 196,51 bilhões, enquanto as despesas somarão R\$ 187,8 bilhões, resultando em um superávit primário de R\$ 8,7 bilhões, ou 0,87% do PIB.

No entanto, o governo gastará com juros da dívida pública R\$ 26,8 bilhões, o que transforma o superávit primário em déficit operacional de 1,82%.

De todo o orçamento, as despesas que não podem ser comprimidas somam R\$ 146,7 bilhões, conforme o ministro do Planejamento, Paulo Paiva. Elas são os gastos com pessoal, transferências constitucionais, benefícios previdenciários, sentenças judiciais etc. Dessas despesas, só o pagamento de pessoal e encargos trabalhistas fica com R\$ 49,4 bilhões, incluindo R\$ 19,2 bilhões com a aposentadoria de servidores federais.

SAÚDE E EDUCAÇÃO

As despesas com saúde, educação, reforma agrária e assistência social chegarão no ano que vem a R\$ 20,7 bilhões, um aumento de 7,8% em relação a este ano. A área de saúde será contemplada com



R\$ 14,9 bilhões, a educação com R\$ 4,6 bilhões e a reforma agrária com R\$ 1 bilhão. Os programas de assistência social receberão R\$ 1,8 bilhão, incluindo, pela primeira vez, o programa bolsa-escola (com R\$ 320 milhões), aprovado neste ano pelo Senado.

O orçamento prevê que o governo usará o superávit primário de R\$ 8,7 bilhões e R\$ 15 bilhões do programa de privatização no abatimento da dívida pública interna. Os investimentos de 99 estarão

concentrados basicamente no chamado programa Brasil em Ação, que receberá R\$ 7,5 bilhões. De acordo com a mensagem que o presidente da República encaminhou ontem ao Congresso, a Previdência Social (INSS) terá no ano que vem um déficit projetado de R\$ 7 bilhões e só não será maior porque o Congresso aprovou a reforma administrativa e outros projetos, os quais estão permitindo a economia na área administrativa e funcional.

Presidente da Comissão Mista prevê "ritmo acelerado"

O presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, deputado Lael Varella (PFL-MG), está convencido de que a campanha eleitoral "não vai permitir uma atividade parlamentar normal até 4 de outubro próximo". Ele acredita, contudo, que, a partir de 6 de outubro, "a comissão deverá trabalhar em regime acelerado, fazendo um esforço concentrado para tentar votar o orçamento até o final deste ano".

O deputado mineiro anunciou como pretende conduzir os trabalhos da comissão:

— Minhas prioridades são dar ênfase aos programas sociais e procurar assegurar o espaço legítimo das emendas parlamentares, mas tudo isso sem admi-

tir que se desfigure a proposta do Executivo.

Varella entende que a preservação do Plano Real é absolutamente prioritária, notadamente no atual quadro econômico.

Apesar do esforço concentrado que pretende desenvolver na comissão, o deputado sabe que a conclusão do trabalho em condições de permitir a votação do Orçamento de 99, ainda na atual sessão legislativa, vai depender de muita articulação e diálogo político:

— O trabalho terá que andar mais rápido, daí teremos que nos entender para cumprir todas as etapas em prazos mais curtos, sem tempo para longas discussões — entende Varella.

Geração de empregos será prioridade para Ramez Tebet

O relator do projeto de orçamento da União pretende discutir com a sociedade a previsão de gastos para o ano que vem

Os investimentos que possam gerar empregos serão uma das prioridades que o relator-geral da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), pretende imprimir em seu parecer sobre o projeto de lei orçamentária. Ele afirmou que dedicará o mês de setembro a estudar a proposta enviada pelo governo, já que considera praticamente impossível conseguir reunir a comissão nesse mês, devido à campanha eleitoral.

— Ainda não sei a capacidade de investimento que virá no orçamento — disse Tebet, que ainda vai averiguar as prioridades do Poder Executivo na



Ramez Tebet dedicará o mês de setembro à análise do projeto de orçamento apresentado ontem

peça orçamentária.

Outra mudança que o relator pretende inserir neste ano é levar didaticamente o orçamento à população.

— É importante que o povo saiba o que é o orçamento, e para isso é preciso dar todos os esclarecimentos possíveis e informar sobre os termos técnicos — opinou Tebet. Com o objetivo de ampliar a participação popular na elaboração do orçamento, o parlamentar quer, caso haja tempo disponível, visitar todas as regiões do Brasil.

Tão importante quanto a votação do projeto de lei orçamentária, para o relator, é o acompanhamento pelo Congresso de sua execução.

Tebet afirmou que pretende manter a prerrogativa dos parlamentares de apresentar emendas individuais.

Orçamento é analisado por 63 deputados e 21 senadores

Instituída pela Constituição Federal, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) é composta por 63 deputados e 21 senadores. Sua forma atual foi definida por resolução do Congresso Nacional aprovada em setembro de 1995. Tem como finalidade examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual, aos créditos adicionais e às contas apresentadas pelo presidente da República. Também os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição necessitam de parecer prévio da comissão.

A comissão, que tem ainda como suplentes 21 deputados e sete senadores, segue a proporção da representação partidária estabelecida no início de cada legislatura. A eleição de seus dirigentes é alternada: o relator do projeto de diretrizes orçamentárias e o relator-geral da lei orçamentária anual não podem pertencer à mesma Casa e/ou ao mesmo partido (ou bloco parlamentar) do presidente da comissão. Apesar disso, cabe ao presidente designar esses relatores, de acordo com as indicações das lideranças



A formação da Comissão Mista de Orçamento segue a proporção da representação partidária do início de cada legislatura

partidárias e com o critério de proporcionalidade.

A CMO pode se organizar em até sete comissões temáticas, composta cada uma por pelo

menos 20 membros titulares. Deve ser obedecida a representatividade de cada uma das Casas do Congresso Nacional, bem como a proporcionalidade par-

tidária. A comissão poderá realizar audiências públicas com autoridades de outros poderes e com entidades representativas da sociedade, para aprimorar a

elaboração do orçamento bem como para acompanhar sua execução.

Na votação da lei orçamentária anual, o relator-geral apresentará um parecer preliminar. Esse parecer, desde que aprovado pelo plenário da comissão, estabelecerá os parâmetros e critérios que serão obedecidos pelos relatores setoriais, pelo relator-geral e pelos relatores adjuntos. Esse parecer deverá trazer as dotações globais de cada função, órgão ou área temática, além das condições, restrições e limites para o remanejamento e o cancelamento de dotações e os limites de programação para a composição e estrutura do orçamento.

Parlamentares podem apresentar 20 emendas

Os parlamentares podem apresentar até 20 emendas, cada um, ao projeto de lei orçamentária. As comissões permanentes do Senado e da Câmara podem apresentar até cinco emendas cada, desde que sobre temas que lhes dizem respeito. As bancadas estaduais poderão apresentar até dez emendas cada uma, aprovadas por três quartos dos deputados e senadores que compõem a bancada da unidade da Federação. Por fim, as

bancadas regionais podem apresentar até cinco emendas, endossadas por no mínimo 20% de cada bancada estadual que compõe a região.

As emendas coletivas são consideradas prioritárias. Entretanto, assim como as emendas individuais, elas somente poderão ser aprovadas se forem compatíveis com o plano plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Elas devem ainda indicar os recursos or-

çamentários para sua execução, provenientes de anulação de despesas (desde que não incidam sobre dotação de pessoal, serviços da dívida e transferências tributárias constitucionais para estados e municípios). As emendas não podem tratar de várias ações, que devam ser objeto de emendas distintas. Em sua apreciação, as emendas deverão ser votadas em grupo, conforme tenham parecer contrário ou favorável do relator.

PRAZOS

Com a entrega, pelo Poder Executivo, do projeto de lei orçamentária, a CMO tem cinco dias para a publica-

ção e a distribuição dos avulsos. A partir daí, contam-se 14 dias para a realização de audiências públicas, seguindo-se novo prazo de cinco dias para sua apresentação na comissão e a publicação de parecer preliminar.

O prazo para entrega de emendas ao parecer preliminar é de três dias, contando-se a seguir seis dias para sua votação na comissão. A partir da aprovação desse parecer e suas emendas, passa-se a contar o prazo de 15 dias para a apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária. Segue-se um prazo de cinco dias e publicação e distribuição dos avulsos das emendas.

Cem mil famílias devem ser assentadas em 1999

O governo anunciou em sua proposta orçamentária para 1999 que pretende assentar 100 mil famílias no próximo ano. De acordo com o projeto, as famílias beneficiadas com a reforma agrária contarão com R\$ 214 milhões para assistência técnica e R\$ 181,6 milhões de crédito para a produção, além de R\$ 34 milhões para a educação básica.

Na área de assistência social, o governo propõe gastos na ordem de R\$ 320 milhões para a participação federal nos programas de renda mínima (bolsa-escola). O benefício poderá atingir 1,4 milhão de famílias. O governo federal arca com 50% dos custos desses programas. Os outros 50% ficam por conta dos municípios. O combate ao trabalho infantil contará com R\$ 60 milhões para atender 88 mil crianças. Assistência e benefícios à criança, ao idoso e à pessoa portadora de deficiência totalizam R\$ 1.440,5 bilhão.

O governo pretende destinar R\$ 4,3 bilhões para a manutenção do seguro-desemprego. Com o abono salarial, prevê gastos na ordem de R\$ 706,1 milhões, de forma a beneficiar 5,2 milhões de pessoas. A proposta destina ainda R\$ 662 milhões para a qualificação de trabalhadores, o que poderá be-

neficiar 1,8 milhão de pessoas.

Para investir na área de saneamento e habitação, o governo propõe o montante de R\$ 379,2 milhões voltado preferencialmente para localidades com concentração de pobreza e condições ambientais degradadas. Tais recursos poderão beneficiar 695 mil famílias de baixa renda. Os recursos para a habitação serão de R\$ 296,7 milhões e devem atingir 112 mil famílias.

O governo destacou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) como sua principal ação na área de agricultura e abastecimento. O Pronaf destina-se a evitar o êxodo rural e vai dispor de R\$ 270,0 milhões, alcançando 1.018 municípios.

No setor da indústria, comércio e turismo, o destaque é para a segunda fase do Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo no Nordeste (Prodetur), que pretende executar obras como a ampliação de aeroportos e construção de hotéis.

Visando principalmente financiar a prevenção e o controle de queimadas e incêndios florestais, o governo pretende desviar à área de meio ambiente, recursos de R\$ 144,1 milhões. Para a área de recursos hídricos, os gastos serão de R\$ 817,1 milhões.

Saúde terá R\$ 2 bilhões a mais no próximo ano

O setor de saúde deverá ser privilegiado nos gastos do governo para 1999, conforme a proposta orçamentária enviada ao Congresso. Serão R\$ 2 bilhões de acréscimo em relação à Lei Orçamentária de 1998. O aumento decorre em grande parte (R\$ 1,7 bilhão) da redução do serviço da dívida do Ministério da Saúde junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Com isto, a dotação para a saúde deve chegar a quase R\$ 15 bilhões, sem contar com os valores destinados ao setor pelo programa Brasil em Ação. Os recursos integram o grupo do orçamento denominado Desenvolvimento Social, que engloba ainda as despesas com educação, previdência social, reforma agrária, saneamento, habitação, desenvolvimento urbano e regional e trabalho. Com este grupo, o governo espera gastar cerca de R\$ 25 bilhões.

Apenas com a manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS), o governo pretende usar R\$ 10,7 bilhões, 14,4% a mais neste ano. Com estes recursos o Executivo espera consolidar o processo de descentralização do SUS. Também receberam incremento orçamentário em relação a 1998 o programa de Redução da Mortalidade Infantil, que passou de R\$ 850,9 milhões para R\$ 1 bilhão; e as ações da Vigilância Sanitária, de R\$ 81,4 milhões para R\$ 136 milhões. Entretanto, a execução plena das despesas previstas está condicionada à aprovação pelo Congresso da proposta de emenda constitucional que prorroga a vigência da CPMF até o ano 2000.

O Poder Executivo pretende gastar R\$ 4,6 bilhões com educação, cultura e esporte em 1999. Desse total, quase a metade (R\$ 2,1 bilhões) destina-se ao ensino fundamental.

Governo ressalta prioridade a 42 projetos estratégicos

Estão incluídos na proposta de orçamento R\$ 7,5 bilhões para investimentos em infra-estrutura e na área social

Na mensagem com que encaminhou ao Legislativo o projeto de lei orçamentária para 1999, o presidente da República destina R\$ 7,5 bilhões ao programa intitulado Brasil em Ação e define essa iniciativa como o mais abrangente programa de investimentos do seu governo. Ele diz ter conferido prioridade a 42 projetos de alcance estratégico para o desenvolvimento, 26 dos quais na área de infra-estrutura e 16 na área social, selecionados a partir do Plano Plurianual 1996-1999.

O governo diz que a escolha dos projetos de infra-estrutura, nos setores de transportes, energia, telecomunicações, irrigação e turismo, obedeceu a uma visão de conjunto acerca da dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro recente. Conforme explicou, essa visão apoia-se na categoria de Eixos de Integração e Desenvolvimento, que privilegia as articulações produtivas, viáveis para fortalecer a integração entre regiões do país.

Fernando Henrique Cardoso apontou como importantes para a geração de empregos os projetos nas áreas de habitação, saneamento, turismo e transporte urbano de massa, além de empreendimentos em infra-estrutura,



O presidente Fernando Henrique enviou projeto ao presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães

em especial aqueles que geram maior demanda sobre a construção civil. E informa que, em 1999, estenderá o Brasil em Ação para as áreas de informação e conhecimento.

A política educacional do governo prevê para o próximo ano o investimento de R\$ 4,6 bilhões, dos quais quase a metade destinada ao ensino fundamental. O governo planeja aumentar em R\$ 2 bilhões os recursos para a área de saúde em relação à Lei Orçamentária de 1998. A intenção é

consolidar o processo de descentralização da gestão do SUS para estados e municípios.

No seu plano de reforma agrária, a meta do governo é assentar no próximo ano 100 mil famílias, com apoio à produção nos assentamentos. Ao todo poderá ser gasto R\$ 1 bilhão no setor. Na assistência social, o presidente da República pretende aplicar R\$ 320 milhões a título de participação federal nos programas de renda mínima, como o bolsa-escola.

Para ações na área de saneamento serão destinados R\$ 379 milhões e o objetivo é beneficiar 695 mil famílias. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar disporá de R\$

270 milhões, devendo alcançar 1.018 municípios brasileiros. Os recursos previstos para a área de transportes alcançam R\$ 3,6 bilhões. Desse, R\$ 2,2 bilhões destinam-se ao segmento rodoviário, contemplando, entre outras, a rodovia do Mercosul. Para ações do meio ambiente, a proposta orçamentária aloca R\$ 144 milhões, prevendo medidas como controle de queimadas e incêndios florestais.

Mensagem prevê déficit menor com aprovação de reformas

As reformas administrativa e da Previdência apresentarão resultados favoráveis para a redução do déficit público no próximo ano, de acordo com a mensagem do presidente da República que acompanhou o projeto de orçamento enviado ao Congresso Nacional. Em sua mensagem, o presidente destacou a iniciativa do Senado Federal de aprovar a Resolução nº 78/98, que limita o grau de endividamento de estados e municípios, "o que demonstra alinhamento de propósitos entre os Poderes Executivo e Legislativo quanto a essa matéria crucial", segundo afirmou Fernando Henrique Cardoso.

O presidente garantiu que o governo federal não irá contemporizar com quem não seguir os com-

promissos assumidos nos contratos que formalizaram a renegociação das dívidas estaduais e manterá a mesma linha de restrição ao endividamento adicional dos estados.

De acordo com a mensagem presidencial, a estimativa do déficit da Previdência para 1999 poderia chegar a R\$ 9,4 bilhões, mas deverá ficar em torno de R\$ 7 bilhões com a economia resultante da reforma da Previdência e outras medidas administrativas. Além disso, o governo projeta um incremento de receita de R\$ 400 milhões, decorrente do esforço de redução de multas para o pagamento à vista de dívidas com o INSS e maior utilização de moedas de privatização e imóveis rurais como pagamento de di-

vidas antigas. Outros R\$ 300 milhões poderão engordar essa conta com o combate a fraudes e a realização de auditorias nos benefícios.

Para o governo, uma economia de R\$ 1,7 bilhão poderá ser obtida após a aprovação da reforma da Previdência, que está em tramitação no Congresso Nacional, e de R\$ 700 milhões, por força de intensificação de medidas administrativas no âmbito do INSS.

Além disso, o governo espera obter mais R\$ 15 bilhões com o programa de privatização. As estimativas apontam para uma receita de R\$ 40 bilhões nos próximos dois ou três anos com as privatizações.

Anteprojeto moderniza o Código Penal

Novo texto, elaborado por uma comissão especial de juristas, reformula a legislação em vigor desde 1940, adequando-a aos avanços da tecnologia e às mudanças na estrutura familiar e na sociedade

Até o final do ano deverá ser enviado à Câmara, indo depois para o Senado, um anteprojeto do novo Código Penal, elaborado por uma comissão especial de juristas no Ministério da Justiça. O anteprojeto reformula o Código Penal, em vigor desde 1940, tornando-o mais adequado aos avanços da tecnologia, às mudanças na estrutura familiar e na sociedade brasileira.

Com 500 artigos, o anteprojeto prevê pena máxima para homicídio, de 20 anos de reclusão, que, com agravantes, pode chegar a 30 anos. Nos demais crimes, as penas também podem ser maiores se existirem agravantes ou formas qualificadas e, sempre que houver morte, a pena será a máxima para homicídio comum, de 20 anos. O código é abrangente e alcança crimes mais sofisticados, como pirataria na informática e uso indevido de patentes, além da transmissão deliberada de doenças graves, como a Aids.

CÓDIGO PENAL

O projeto do novo Código Penal deverá ter longa tramitação no Congresso e receber muitas emendas dos parlamentares. A previsão é do senador José Fogaça (PMDB-RS), titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE).

— Temos experiência de que a votação global de códigos é lenta, complexa e demorada no Congresso. O processo de apresentação de emendas é muito rico e complexo. Então, é uma tramitação complicada, de longo curso, mas não é impossível — observou.

Para Fogaça, a modernização do código é necessária, porque com as mudanças tecnológicas e sociais surgiram também novos tipos de crimes e delitos, como, por exemplo, a pirataria na informática. Nesse caso, observou, é preciso tomar cuidado para que o novo Código Penal não entre em conflito com a legislação de *software*, que trata do assunto.

— A vida moderna nos trouxe novas relações sociais e condutas criminosas diferentes das que havia em 1940. Então, temos que mudar a natureza da matéria penal e a natureza das penas — disse o senador.



Fogaça considera importante a atualização do código

Texto prevê novos delitos

CRIMES	PENAS
● CONTRA A PESSOA	
Homicídio	6 a 20 anos (até 30 com agravantes)
Eutanásia	3 a 6 anos
Infanticídio	2 a 4 anos
Aborto	1 mês a 3 anos
● CONTRA A SAÚDE	
Lesão corporal leve	3 meses a 1 ano
Lesão corporal grave	1 a 4 anos
Lesão corporal gravíssima	4 a 12 anos
Esterilização cirúrgica ilegal	2 a 5 anos
Transmissão de doença grave	3 meses a 1 ano
Omissão de socorro	3 meses a 1 ano
Maus tratos	6 meses a 2 anos
● CONTRA A HONRA	
Calúnia	6 meses a 2 anos e multa
Difamação	3 meses a 1 ano e multa
Injúria	1 a 9 meses
● CONTRA A LIBERDADE	
Sequestro e cárcere privado	1 a 3 anos (até 10 com agravantes)
Tráfico de menor	4 a 8 anos
● CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	
Estupro	6 a 10 anos (até 18 com agravantes)
Atentado ao pudor	4 a 8 anos (até 18 com agravantes)
Assédio sexual	6 meses a 2 anos ou multa
Pornografia infantil	1 a 4 anos e multa
● CONTRA O PATRIMÔNIO	
Furto	6 meses a 2 anos e multa
Roubo (furto com violência)	4 a 10 anos (até 14 se qualificado)
Latrocínio (roubo seguido de morte)	20 a 30 anos e multa
Extorsão	4 a 10 anos e multa
● CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL E PATENTES	
Uso indevido de patentes	3 meses a 1 ano ou multa
Violação de programa de computador	6 meses a 2 anos (até 4 com agravantes) ou multa
● CONTRA O SISTEMA TRIBUTÁRIO, CAMBIAL E ADUANEIRO	
Sonegação fiscal	2 a 5 anos e multa
Contrabando	1 a 4 anos e multa

Cabral defende criação de penas alternativas

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), disse que o novo Código Penal deve levar em conta a atual legislação sobre crimes hediondos, mas também prever penas alternativas para crimes mais leves, como pagamento de multa e prestação de serviços à comunidade. Essas penas alternativas, observou o senador, evitarão a sobrecarga nos presídios brasileiros e o agravamento da situação do criminoso comum.

— A população carcerária é uma realidade que precisa ser encarada de frente, sobretudo numa época em que as escolas penais estão transformando as penas de segregação nas prisões em penas alternativas, que prevêem multas e trabalhos pela comunidade. Tudo isso tendo em vista que a reclusão do criminoso comum não o reduz para a volta à sociedade. O que ocorre é exatamente o contrário, pois na penitenciária ele acaba fazendo vestibular para um crime maior e sendo aprovado com distinção e louvor — disse Cabral.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) também defende as chamadas penas alternativas e critica a atual situação dos presídios brasileiros, superlotados e sem condições de oferecer uma vida digna aos presidiários. Fogaça quer

o endurecimento das penas para os chamados crimes hediondos (sequestro, estupro e homicídios com agravantes, entre outros), mas defende outras modalidades de penas para crimes comuns.

As penas mais severas em vigor estão previstas pela legislação mais recente, que dispõe sobre os crimes hediondos. Essa legislação surgiu, observou Cabral, porque o atual Código Penal está defasado e não prevê penas para novos crimes surgidos na sociedade brasileira, como seqüestros, por exemplo, "que afloram atualmente em todos os estados brasileiros".

Bernardo Cabral elogiou a atuação da comissão especial de juristas que trabalha no novo Código Penal. A modernização do código, acrescentou, é necessária, porque a legislação penal está totalmente defasada em relação à atualidade brasileira.



Cabral diz que crimes mais leves devem ser punidos com multa ou prestação de serviços

Cultura ao Meio-Dia homenageia cineasta

Com a apresentação do filme *A Terceira Margem do Rio*, amanhã, o Projeto Cultura ao Meio-Dia, desenvolvido pela Coordenação de Relações Públicas do Senado, associa-se às homenagens ao diretor Nelson Pereira dos Santos, que completa 70 anos em novembro.

O primeiro longa-metragem de Nelson Pereira dos Santos, *Rio 40 Graus*, é considerado precursor do Cinema Novo, movimento

surgido na segunda metade da década de 50 que reuniu jovens diretores preocupados em discutir a realidade brasileira. *A Terceira Margem do Rio* baseia-se em conto homônimo de Guimarães Rosa. Produzido em 1995, foi filmado próximo à cidade mineira de Paracatu e em Sobradinho, cidade-satélite de Brasília.

O filme será exibido no Auditório Petrônio Portella, no Senado. A entrada é franca.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO
HOJE

13h - Horário Eleitoral Gratuito
13h30 - Mulheres em Debate - "Direitos da Mulher"

14h15 - Parque Serra dos Órgãos - Um especial produzido pelo Ibrama. Em destaque, o Parque da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro
14h30 - Especial "La Serva Padrona" - O programa traz a atriz e diretora Carla Camurati em dois momentos: no primeiro, durante a palestra que aconteceu após a estreia de seu último filme "La Serva Padrona", em Brasília. No segundo momento, ela é a convidada do jornalista Fernando Cesar Mesquita

15h30 - Cores do Brasil - Estado em destaque: Paraná

16h - Saúde Todo Dia - Atividade: Spinning Bike

16h30 - Especial/Unip - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Drauzio Varella entrevista o urologista Homero Bruschini. Assunto: Rim

17h - Saúde Todo Dia - Atividade: Alongamento/Aquecimento

17h30 - Especial/Unip - Plantas medicinais da Amazônia

18h - Projeto Memória - Senador Darcy Ribeiro

19h - Entrevista - Lina Barreto

19h30 - Mulheres em Debate - "Direitos da Mulher"

20h10 - Espaço Cultural - Aracy Balabanian

20h30 - Horário Eleitoral Gratuito

21h - Projeto Memória - Senador Darcy Ribeiro

21h45 - Especial "La Serva Padrona" - Com a atriz e diretora Carla Camurati em dois momentos, no primeiro, durante a palestra que aconteceu após a estreia de seu último filme "La Serva Padrona", em Brasília. No segundo momento, ela é a convidada do jornalista Fernando Cesar Mesquita

23h - Mulheres em Debate - "Direitos da Mulher"

23h45 - Documentário: "Sons e Imagens da Memória" - Programa produzido pelo Arquivo Nacional sobre a História do Brasil. Obs.: Durante a programação, serão transmitidos flashes de reportagens, instituições, espécies e o programa "Fala, Cidadão!"

RÁDIO SENADO

HOJE

19h - "A Voz do Brasil"

20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"

21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"

21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"

Em seguida - Música e informação

COMO SINTONIZAR

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação: ABR
 - CC, 1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-5
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidores e operadores de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

MEMÓRIA

ALEXANDRE COSTA
(1921-1998)

Representante do Maranhão, que morreu

sábado, foi primeiro-secretário e vice-presidente

do Senado, presidente de comissões

da Casa e ministro da Integração Regional

Senador cumpriu mais de quatro décadas de atividade política

Depois de mais de quatro décadas de atividade política, faleceu neste sábado, em Brasília, aos 76 anos, o senador maranhense Alexandre Costa (PFL). Ao enterro, no cemitério Campo da Esperança, compareceram o senador José Sarney, representando o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, e os senadores Edison Lobão e Bello Parga, suplente de Alexandre Costa, além de outras autoridades e familiares.

Recordista de mandatos no Senado, com quatro eleições, Alexandre Costa foi primeiro-secretário da Casa, no biênio 79/80. Dirigiu, na ocasião, a obra do corredor com as salas de reunião das comissões, que acabou recebendo seu nome, numa homenagem prestada pelo então presidente da Casa, Luiz Viana Filho.

Alexandre Costa foi também vice-presidente do Senado, no biênio 91/92. Atuou, ainda, como presidente da Comissão de Transportes e da Comissão de Comunicações e Obras Públicas, tendo se destacado na defesa dos interesses da região Nordeste e da redução das disparidades regionais.

O senador nasceu em Caxias, no Maranhão, em 1921. For-

mu-se em engenharia civil e começou a vida política como prefeito de São Luís. Depois foi vice-governador do Maranhão e, mais adiante, secretário do Interior e de Justiça do estado. Em 55, Alexandre Costa assumiu o mandato de deputado estadual, tendo presidido a Assembléia Legislativa. Em 63 foi eleito deputado federal e, seis anos depois, elegeu-se para o Senado pela primeira vez. Conquistou a reeleição como senador em '78, '86 e '94. Em 91, assumiu o Ministério da Integração Regional, onde teve brilhante atuação, segundo o senador José Sarney.

Em março de 95, um mês depois de assumir seu último mandato, Alexandre Costa sofreu um derrame e entrou em licença médica. No último dia 21, foi internado na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Santa Lúcia, vítima de pneumonia que evoluiu para septicemia, provocando o óbito.

Coragem e bravura cívica são algumas das qualidades identificadas em Alexandre Costa por José Sarney, para quem o senador falecido marcou a história política do



Alexandre Costa elegeu-se senador pela primeira vez em 1970

Maranhão. Segundo Edison Lobão, o conterrâneo foi um modelo de político, que também deixou sua marca como realizador, planejador e executor de obras públicas. E para o senador Bello Parga, que agora assume em definitivo a vaga deixada por Costa, o titular do mandato foi um exemplo de dignidade e seriedade, além de um grande batalhador pelo Maranhão.



Senador teve intensa participação nas atividades da Casa

Jefferson defende novos critérios para replantio

Segundo senador, árvores naturais da Amazônia estão sendo substituídas por espécies exóticas, como eucaliptos, que descaracterizam completamente o ecossistema da região

"Se as espécies naturais da Amazônia fossem abatidas e a Amazônia transformada num eucaliptal, já não seria mais a floresta amazônica."

A afirmação é do senador Jefferson Pêres (PSDB-AM), que defende a reformulação do conceito de reflorestamento e considera uma falha o Código Florestal Brasileiro não estabelecer obrigatoriedade do replantio das árvores nativas, as chamadas madeiras de lei.

Jefferson Pêres sustentou que reflorestamento só faz sentido com espécies nativas, frisando que replantio com espécies exóticas seria inteiramente inadequado. Para ele, "se continuar esse reflorestamento, a floresta amazônica vai ficar inteiramente descaracterizada".

A senadora Marina Silva (PT-AC) também se manifestou favorável a uma mudança na legislação para que a reposição florestal seja feita com espécies nativas. Entretanto, ela se mostra preocupada com a falta de tecnologia no Brasil para garantir o plantio em larga escala das nossas árvores.



Jefferson Pêres quer que o Código Florestal exija o replantio de espécies nativas



Marina encampa a sugestão e cobra mais investimento em pesquisas na área florestal

Lembrando que os engenheiros florestais saem da faculdade sabendo tudo sobre eucalipto e muito pouco sobre espécies brasileiras, Marina Silva disse que faltam recursos para investimentos nessas pesquisas.

— Boa parte dos centros de excelência na Amazônia está su-

cateada, não há o devido apoio para os pesquisadores. Estes, por sua vez, se sentem desestimulados, até por questões salariais. Então, para que a pesquisa possa ter os resultados desejados, é fundamental que haja recursos — concluiu a senadora pelo Acre.

Projeto estimula empresas a manterem empregados com mais de 40 anos

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) anunciou que dará parecer favorável a projeto do senador Flaviano Melo (PMDB-AC) que prevê incentivo fiscal para as empresas que tenham pelo menos 30% de seus empregados com mais de 40 anos de idade. O projeto tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Tebet entende que não se pode discriminar as pessoas com mais de 40 anos de idade, que, segundo disse, estão "na plenitude de suas forças", têm diversos encargos familiares e, em muitos casos, ainda possuem filhos pequenos:

— No instante da plena maturidade, quando tem mais experiência, nessa hora a pessoa não pode ser diminuída — afirmou Tebet, para quem "é positivamente um absurdo que na prática já estejam diminuindo a idade da velhice".

O relator ressaltou também que todo incentivo para minimizar o desemprego no país é bem-vindo e que, se já existem projetos visando



Proposta de Flaviano Melo prevê IR menor para empresas

estimular o primeiro emprego, é muito importante que haja também uma proposta de concessão de incentivos a empresas que deem emprego a maiores de 40 anos de idade.

De acordo com a proposta de Flaviano Melo, as empresas que tiverem pelo menos 30% dos empregados com mais de 40 anos de idade poderão deduzir do lucro tributável, utilizado para cálculo do Imposto de Renda (IR), até 30% do montante dos salários e encargos sociais dos empregados. O limite de 15% do lucro precisa ser observado antes de computada a dedução.

Na justificativa do projeto,

Flaviano Melo afirma que a expectativa de vida do brasileiro cresceu de 46 anos, em 1950, para cerca de 70 anos hoje, mas somente 19% da renda da população economicamente ativa do Brasil está atualmente nas mãos de quem tem mais de 50 anos.

Flaviano Melo destaca que, no Japão, onde a expectativa de vida para os homens supera os 75 anos e para as mulheres 81, as grandes empresas adotam uma estratégia de conservar em seus quadros antigos profissionais, mesmo após a aposentadoria.

No Brasil, compara ele, "continua cada vez mais difícil conseguir emprego depois de uma certa idade".

Proposta de Távola permite que menor infrator seja julgado

Logo depois das eleições, o Senado deverá examinar proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ) para permitir que, nos crimes contra a vida, o menor infrator seja denunciado pelo Ministério Público quando atingir 18 anos de idade. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) é o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ao defender sua proposta, Távola esclareceu que "não se trata, como muitos pensam, de tocar-se no Estatuto da Criança e do Adolescente". Ele explicou que o artigo 228 da Constituição continuará dispondo que "são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeitos às normas da legislação especial".

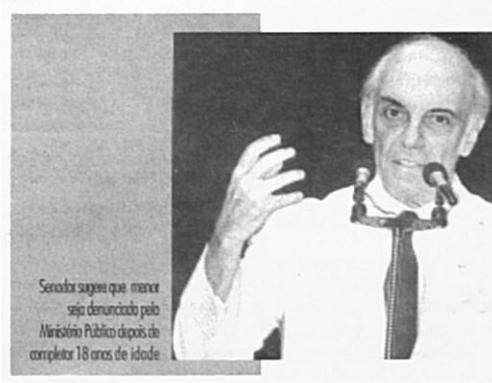
O que Távola sugere é o acréscimo do seguinte parágrafo: "nos atos infracionais contra a vida, cometidos por menores de 18 anos, o agente, atingida a sua maioridade, será denunciado pelo Ministério Público e, ocorrendo pronúncia, submetido a julgamento por Tribunal do Júri especial, com a organização que lhe der a lei, assegurados a plenitude de defesa, o sigilo das votações e a soberania dos veredictos".

Artur da Távola definiu sua proposta como uma ideia engenhosa, "embora possa estar enganado". Ele explicou que, hoje,

quando pratica um crime contra a vida, o menor é internado em estabelecimento correccional e solto, quando completa 18 anos. Com sua proposta de emenda, em vez de ser solto, esse menor será, em defesa da sociedade, recusado pelo Ministério Público.

— Em havendo a pronúncia, seja pela barbaridade do crime, seja pela sua falta de condições para inserção na sociedade, esse menor voltará a julgamento já maior de idade — esclareceu ainda o parlamentar. Ele observou que sua proposta não endossa a tese pura e simples da repressão a partir dos 16 anos, mas defende a sociedade, na medida em que, posteriormente, a sociedade julga se o menor que atentou contra a vida está ou não em condições de voltar ao convívio social.

Conforme Távola, em muitos casos, menores são utilizados por setores da criminalidade que se aproveitam exatamente do privilégio oferecido pela lei aos que ainda não completaram 18 anos. Mas o parlamentar afirma ser evidente que a violência tem raízes mais variadas, profundas e históricas. "Não é um problema exclusivamente brasileiro nem ele está adstrito à eficácia ou ineficiência desse ou daquele governo. É um problema da própria sociedade", sustentou o senador.



Senador sugere que menor seja denunciado pelo Ministério Público depois de completar 18 anos de idade